



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL



Sessão II

ANO XXV - N.º 44

QUARTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 1970

BRASÍLIA - D.F.

CONGRESSO NACIONAL

SESSÃO CONJUNTA

Em 10 de junho de 1970, às 10 horas

ORDEM DO DIA

VETO PRESIDENCIAL

Ao Projeto de Lei n.º 21/64, no Senado, e n.º 2.396-B/64, na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre faltas ao serviço do trabalhador-estudante, tendo Relatório sob n.º 7/70 da Comissão Mista (veto total).

SENADO FEDERAL

ATA DA 49.ª SESSÃO
EM 9 DE JUNHO DE 1970

4.ª Sessão Legislativa Ordinária
da 6.ª Legislatura

PRESIDENCIA DOS SRS. JOÃO
CLEOFAS, WILSON GONÇALVES
E LINO DE MATTOS

As 14 horas e 30 minutos, acham-se
presentes os Srs. Senadores:

José Guiomard — Edmundo Levi —
Cattete Pinheiro — Victorino Freire —
Petrônio Portella — Sigefredo Pacheco —
Wilson Gonçalves — Duarte Filho —
Manoel Villaça — Argemiro de
Figueiredo — João Cleofas — Pessoa
de Queiroz — José Ermírio — Leandro
Maciel — Júlio Leite — José Leite —
Antônio Fernandes — Carlos Lindenbergs —
Eurico Rezende — Raul Giuberti —
Paulo Torres — Vasconcelos
Torres — Gilberto Marinho — Benedicto
Valladares — Fernanio Corrêa —
Filinto Müller — Mello Braga —
Guido Mondin — Daniel Krieger —
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Ha-

vendo número regimental, declaro
aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à
leitura da Ata da Sessão anterior,
que é aprovada sem debates.

O Sr. 1.º-Secretário lê o se-
guinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO SR. PRESIDENTE DA
REPÚBLICA

Nos seguintes termos:

MENSAGEM N.º 72, DE 1970
(N.º 154/70, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros
do Congresso Nacional:

Em aditamento à Mensagem núme-
ro 48, tenho a honra de solicitar a
Vossas Excelências que, no art. 1.º do
projeto de lei que dispõe sobre as hon-
ras e prerrogativas do Chefe do Esta-
do-Maior das Forças Armadas, seja
acrescentada a expressão "direitos".

Brasília, em 8 de junho de 1970. —
Emílio G. Médici.

(A Comissão de Constituição e Jus-
tiça.)

LISTA N.º 6, DE 1970
EM 4 DE JUNHO DE 1970

Cumprimentos ao Sr. Presidente do
Senado Federal por motivo de sua
Eleição:

- da Câmara Municipal de Sa-
nharó — PE;
- da Câmara Municipal de São
Caetano — PE;
- da Câmara dos Vereadores do
Município de Garanhuns — PE;
- da Câmara Municipal de Esca-
da — PE;
- da Associação Brasileira de Mu-
nicipios, Rio — GB;
- da Câmara Municipal de Andradina — SP;
- da Câmara Municipal de Marin-
gá — PR.

Eleição e Posse:

- do Sr. Vereador Edson Bizerria
de Vasconcelos, para Presidente
da Câmara Municipal de Ayrão
— AM;
- do Sr. José Silva de Oliveira; co-
municando a eleição e posse da

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA

SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA

Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO

Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEÔMENIS BOTELHO

Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00
 Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00
 Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,20

Tiragem: 27.000 exemplares

- Mesa Diretora da Câmara Municipal de Balsas — MA;
- do Sr. Alonso de Ligório Carvalho de Miranda, Presidente da Casa do Estudante de Campo Maior — PI, comunicando a prorrogação do mandato da atual Diretoria;
- do Sr. Acrísio Mendes Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Quixeramobim — CE, comunicando a eleição da nova Mesa;
- do Sr. Clóvis Bezerra Cavalcanti, Presidente da Assembléia Legislativa de João Pessoa — PB, comunicando a eleição da Mesa Diretora;
- do Sr. Benedito Lopes, Presidente da Câmara de Vereadores de Maragogipe — BA, comunicando a eleição da Mesa Diretora;
- do Sr. Jaime Seixas Magalhães, Presidente da Câmara Municipal de Bom Jesus da Lapa — BA, comunicando a eleição da Mesa Diretora;
- do Sr. Misael Maia Mattos, Presidente da Câmara de Vereadores de Santo Antônio de Jesus — BA, comunicando a eleição da Mesa Diretora;
- do Sr. José Freire da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Paulo Afonso — BA, comunicando a eleição da nova Mesa;
- do Sr. Agenor Pereira dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Acajutiba — BA, comunicando a posse da nova Mesa;
- da Sra. Helena Pinheiro de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Antônio Cardoso, comunicando a reeleição da Mesa;
- do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, comunicando que foram empossados, nos cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Contas, os Srs. Manoel Cabral Machado e Juarez Alves Costa;
- do Sr. José Domingues Gappo, 1º-Secretário da Associação dos Aposentados e Pensionistas do Instituto Nacional de Previdência Social de Petrópolis — RJ, comunicando a eleição da nova Diretoria;
- do Sr. José Pereira, Presidente da Câmara Municipal de Pirapózinho — SP, comunicando a eleição da Mesa Diretora;
- do Sr. Gadbyn Mefle, Presidente da Câmara Municipal de Onda Verde — SP, comunicando a posse da nova Mesa Diretora;
- do Prof. José da Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Cosmorama — SP, comunicando a eleição e posse da nova Mesa;
- do Sr. Rui Medeiros, Presidente da Câmara Municipal de Laguna — SC, comunicando a posse da Mesa que dirigirá os trabalhos no corrente ano;
- do Sr. Izio Coutinho, 1º-Secretário do Centro das Indústrias das Cidades Industriais de Minas Gerais — BH, comunicando a posse da Diretoria para o biênio 1970/1971;

- do Sr. Manoel Jovino Filho, Presidente da Câmara Municipal de São Romão — MG, comunicando a eleição da Mesa Diretora;
- do Sr. Desembargador Lúcio Batista Arantes, comunicando sua eleição e posse para Presidente do Tribunal Regional Eleitoral — DF;
- do Sr. Arthur Zaninetti, Secretário da Câmara Municipal de Ibaiti — comunicando a posse da nova Mesa;
- do Sr. Acácio Martins de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Leopoldo de Bulhões — GO, comunicando a posse da nova Mesa Diretora;
- do Sr. Luiz Alberto Lopes Verardo, Presidente da Câmara Municipal de Campo Grande — MT., comunicando a eleição da Mesa Diretora.

Diversos:

- do Sr. Coronel Av. Hélio da Costa Campos, Governador do Território de Roraima, agradecendo comunicação da eleição da nova Mesa e enviando congratulações pela passagem do 8.º aniversário da Revolução;
- do Sr. Walter Aguiar Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Santa Izabel do Rio Negro — AM, comunicando a instalação dos trabalhos correspondentes ao Primeiro Período Legislativo;
- do Sr. Waldomiro Pereira de Sousa, 1.º-Secretário em exercício da Presidência, comunicando a reabertura dos trabalhos Legislativos da Câmara Municipal de Juriti — PA;
- do Sr. José Ribamar Alvim Soares, Presidente da Câmara Municipal de Belém, solicitando, a pedido do Vereador Lauro Salbah, prorrogação para os atuais mandatos de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores;
- do Sr. José Praxedes Filho, 2.º-Secretário da Câmara Municipal de Morada Nova — CE, comunicando haver sido aprovado um voto de congratulação aos Chefes revolucionários de 31 de março pelo transcurso de mais

- um aniversário da Revolução Democrática;
- da Câmara Municipal do Recife — PE, dando conhecimento da aprovação do requerimento no qual o Vereador Manoel Gilberto da Silveira Holanda Cavalcanti solicita a transcrição nos Anais daquela Casa do discurso do Senador José Ermírio, no dia 13 do corrente;
- do Sr. José Tavares, Presidente da Assembléia Legislativa de Maceió — AL, solicitando prorrogação do prazo para o registro dos Diretórios Municipais, para melhor desenvolvimento político da Região;
- do Sr. Paes José Brandão, Prefeito Municipal de Viçosa — AL, solicitando providências urgentes para evitar paralisação da Indústria canavieira;
- da Senhora Nadir Guimarães Lacerda, agradecendo homenagem prestada a memória do seu pai, o Sr. Senador Ovídio Antunes Teixeira;
- do Sr. Antônio Paolillo, 1.º-Secretário da Câmara Municipal de Alagoinhas — BA, enviando cópia da Moção, na qual externa pesar pelo falecimento do Senhor Deputado Tarcílio Vieira de Melo;
- do Sr. Sebastião Ottoni de Oliveira, 1.º-Secretário da Assembléia Legislativa de Itajipé — BA, comunicando aprovação da Moção do Vereador Humberto Salomão, na qual hipoteca seu pesar, pelo falecimento do Sr. Senador Aloysio de Carvalho;
- do Sr. Luiz Viana Filho, Governador do Estado da Bahia, agradecendo homenagem prestada a memória do Senador Ovidio Teixeira;
- do Sr. Christiano Dias Lopes Filho, Governador do Estado do Espírito Santo, agradecendo comunicação da eleição da Mesa Diretora do Senado Federal;
- dos Srs. Walter da Luz Rodrigues e Nelson Menezes Dias, dirigentes da Associação dos Servidores Hidroviários do Rio Grande do Sul,

remetendo cópia do memorial enviado ao Sr. General Emílio Garrastazu Médici, Presidente da República Federativa do Brasil;

- do Sr. Ivaldo Armando Tassis, Presidente da Câmara Municipal de Governador Valadares — MG, solicitando seja transmitido ao Sr. Senador Antônio Fernandes os cumprimentos daquela Câmara Municipal, pela posse do referido Senador;
- do Sr. Fernando Couto, Belo Horizonte — MG, apresentando sugestão para que seja modificada a Bandeira Nacional;
- do Sr. João Paulo dos Reis Velloso, Ministro do Planejamento e Coordenação-Geral, acusando recebimento do Ofício n.º SP/9, de 13 de abril;
- do Sr. Osvaldo Dantas Sá, Prefeito Municipal de Guarai — GO, comunicando mudança de endereço;
- do Sr. Otávio Lage de Siqueira, Governador do Estado de Goiás, agradecendo comunicação da eleição da nova Mesa Diretora do Senado Federal.

PARECERES**PARECER N.º 337, DE 1970****DA COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1970 (n.º 100-A/69, na Casa de origem).

Relator: Sr. Cattete Pinheiro

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1970, (n.º 100-A/69, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser registrada despesa em favor de M. Damásio — Comércio e Indústria Ltda., proveniente de material fornecido à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Sala das Comissões, em 9 de junho de 1970. — Benedicto Valladares, Presidente — Cattete Pinheiro, Relator — Clodomir Millet.

ANEXO AO PARECER
N.º 337, DE 1970

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1, de 1970 (n.º 100-A/69, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 72, § 7º, da Constituição, e eu,

Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
N.º , DE 1970

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas da União, a fim de ser registrada despesa em favor do M. Damásio — Comércio e Indústria Ltda., proveniente de material fornecido à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas da União, interposto pelo Ofício n.º 1.603 de 1966, tornando-se definitivo o ato praticado na sessão daquela egrégia Corte, realizada em 15 de dezembro de 1966, para efeito de registro de despesa de Cr\$ 3.451,25 (três mil, quatrocentos e cinqüenta e um cruzeiros e vinte e cinco centavos), em favor de M. Damásio — Comércio e Indústria Ltda., proveniente de material fornecido à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

Art. 2.º — Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARECER N.º 338, DE 1970

DA COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação final do Projeto de Resolução n.º 34, de 1970.

Relatör: Sr. Cattete Pinheiro

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Resolução n.º 34, de 1970, que aprova as contas do Executivo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1968.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1970. — Benedicto Valladares, Presidente — Cattete Pinheiro, Relator — Clodomir Millet.

ANEXO AO PARECER
N.º 338, DE 1970

Redação final do Projeto de Resolução n.º 34, de 1970.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos dos arts. 42, inciso V, e 70, § 1º, da Constituição, e eu, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
N.º , DE 1970

Aprova as contas do Executivo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1968.

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º — São aprovadas as contas do Executivo do Distrito Federal, relativas ao exercício de 1968.

Art. 2.º — Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO N.º 95, DE 1970

Sr. Presidente:

Nos termos do art. 261 do Regimento Interno, solicito a reconstituição do Projeto de Lei da Câmara n.º 184, de 1968 (n.º 3.116/61, na Casa de origem), que permite as brigas de galos ou quaisquer outras lutas entre animais da mesma espécie ou espécies diferentes, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 9 de junho de 1970. — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— De acordo com o Regimento, o requerimento independe de votação.

A Secretaria da Presidência irá providenciar a reconstituição pedida.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— À Presidência, por solicitação da Câmara dos Deputados, que necessita do horário da manhã do dia 11, para realização de Sessão Solene, resolve cancelar a Sessão convocada para às 10 horas desse dia, prevalecendo a anteriormente marcada para às 10 horas do dia 10, destinada à apreciação do Projeto de Lei n.º 21/64, no Senado, e n.º 2.396-B/64, na Câmara dos Deputados, que dispõe sobre faltas ao

serviço do trabalhador-estudante, vedado, em sua totalidade, pelo Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, por delegação do Líder da Maioria.

O SR. GILBERTO MARINHO (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a fidelidade à pureza das nossas origens, enriquecida pelo trabalho de gerações, criou os caminhos que na hora presente tão intimamente ligam o Brasil e Portugal.

A identidade entre as duas nações ultrapassa o que é terreno e humano: inscreve-se em ideais, em valores de espírito, em tradições comuns que não podemos negar sem nos destruirmos e que não podemos esquecer sem atraíçarmos, perante os vindouros, o esforço dos antepassados.

A comunidade luso-brasileira repousa firmemente em uma só fé, numa língua, numa cultura, numa sociedade em que todos os homens de todas as raças se encontram para afirmarem bem alto e com orgulho a igualdade e a dignidade da pessoa humana.

Numa hora em que outros povos, através de lutas dolorosas, tentam conquistar a harmonia interna; num momento em que muitos supõem ter descoberto novos conceitos destinados a rasgar outros horizontes à colaboração internacional; num tempo em que a alguns se afigura encontrar a salvação através de xenofobias estreitas e negativistas que se furtam à convivência universal e a entravam, Brasil e Portugal podem dizer que precederam a marcha da história e que praticam dentro e fora de suas fronteiras para com os seus múltiplos vizinhos e todos os povos da terra aquêles princípios, aquelas virtudes, aquêles ideais puros e nobres que são os mais sólidos e mais permanentes fundamentos de Portugal e do Brasil.

Quanto mais crescem as nossas Pátrias, mais se aprofundam, se misturam e se integram as nossas raízes comuns.

Não temos apenas relações diplomáticas ou cordiais. As nossas eventuais divergências jamais nos impediram de que nas horas decisivas, nas horas de

extrema importância, nos encontramos e ouçamos o comando imperativo da solidariedade que nos liga e que transcende os interesses materiais, independe da nossa vontade, é mesmo mais forte do que a nossa vontade —, a solidariedade do sangue, a solidariedade do bêro, das horas iniciais da formação.

A cooperação luso-brasileira não é propriamente uma obra política ou um esforço económico que se coordena: é uma realidade orgânica, com a pátina dos séculos, que atua, afirmando-se entre as forças da vida contemporânea.

Os milhões de homens que falam o nosso idioma constituem uma geração poderosa, como fonte de energias renovadoras.

Sr. Presidente, vivemos hoje os tempos de uma paz precária, filha do temor da guerra e não da convicção dos homens, uma paz que não se apóia em normas de conduta senão que surge de equilíbrios ocasionais ameaçados de forma constante pela debilidade que lhes é inerente.

O assombroso processo tecnológico que define o nosso tempo uniu a todas as sociedades em um só processo histórico que é único e universal.

O destino da humanidade se joga hoje em todas as latitudes e todos os homens são protagonistas não só da história que seus povos elaboram mas também atores da história universal. A estreita interdependência das sociedades e a convivência inevitável dos povos em um mundo sem distâncias deu como resultado o caráter reflexo dos acontecimentos internacionais.

A repercussão de um sucesso particular não fica limitada às fronteiras nacionais.

Os acontecimentos da vida internacional influem decidida e necessariamente na vida interna dos países. E por tudo isso que a tarefa da paz requer, nesta hora, como nunca no passado, o esforço decidido de todas as nações para que a interdependência seja sinônimo de colaboração e fecundo entendimento.

A eliminação das distâncias deve projetar-se como base de intercâmbio

proveitoso das experiências nacionais na luta pelo progresso e não como veículo para a propagação de conflitos e de tensões.

O SR. VASCONCELOS TORRES — V. Exa. permite um aparte?

O SR. GILBERTO MARINHO — Com muita honra.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Felicito V. Exa. por ter tomado a iniciativa de registrar nos Anais da nossa Casa a efeméride de hoje. Sou um modesto soldado da aproximação luso-brasileira e sentei praça há longo tempo, quer como Deputado Estadual, Federal e também como Senador. Apresentei um projeto que poderia ser classificado de sentimental, mas seria como que uma abertura de clarreira na mata escura do desentendimento entre dois povos irmãos, que tanto se querem, tantos interesses têm em comum, tantas afinidades entre

elos se projetam, mas que, paradoxalmente, estavam e, acrescento, ainda estão, separados por barreiras económicas de desentendimentos que ao seu tempo estão sendo superadas. Quero crer que nossas autoridades compreenderão, sem tardança, que, com as comunicações, o mundo cada vez mais se torna menor, e que essas duas pátrias se irmanem efetivamente, para que a Bandeira do Brasil e a Bandeira de Portugal possam chegar, no caso brasileiro, até a África, até a Ásia. Há nações fortes que não desejam entrelaçamento maior entre Brasil e Portugal — e comprehendo por que! Desgraçadamente, os interesses económicos têm prevalência sobre os sentimentais. Por acaso já pensou V. Exa., Senador Gilberto Marinho, se houvesse — aliás, parece-me, já ocorreu encaminhamento nesse sentido — se houvesse participação maior do Brasil na exploração do petróleo de Angola e de Moçambique? Se pudéssemos levar nossos produtos manufaturados para esse Atlântico-Sul tão abandonado, por quanto só se cuida do Atlântico-Norte e por isso, infelizmente, a esquadra russa navega impunemente — e às vezes ostensivamente — em nosso litoral? Conforme já dissera, e nunca é demais repetir, estou dando adeus ao Senado e, para felicidade da representação da Guanabara, o nobre colega retornará. Que sempre tenha-

mos bem atento o princípio de que é indispensável uma união entre nossa Pátria e a nação portuguesa, fora das limitações sentimentais, indo, como V. Exa. de uma feita já manifestou, para o entrelaçamento económico, numa política de interesse comum. Que haja sempre um Senador Gilberto Marinho, na próxima legislatura, para defender essas idéias, e Deus permita que eu possa ver, ainda, esse encurtamento do mundo e uma afinidade maior, positiva, entre Brasil e Portugal. Felicito V. Exa., sempre oportunamente representante de um Estado que deve muito à colônia portuguesa. A Guanabara é considerada Estado de grande população portuguesa. V. Exa. está sendo fiel ao seu mandato, e, por esse motivo é que interrompi o seu belo discurso, para congratular-me pela oportunidade felicíssima de registrar o acontecimento do dia de hoje.

O SR. GILBERTO MARINHO — Sou sumamente reconhecido ao eminente Senador Vasconcelos Torres que, muito longe de ser o soldado obscuro, como ora se proclama, da luta pela maior aproximação entre Brasil e Portugal, tem sido um dos seus artífices mais denodados, o que lhe vale, naquela pátria irmã, a justa e merecida estima e o elevado aprêço, que já tive ensejo de testemunhar.

Sr. Presidente, com este entendimento e com um pensamento de gratidão para com os primeiros lusitanos impelidos nos anos longínquos pela esperança encorajadora, dos quais surgiram grandes cooperadores para o desenvolvimento deste imenso País, saudamos o nobre, bravo e indomável povo português, formulamos votos para que nossas pátrias continuem cada vez mais unidas na luta pela paz, pela liberdade e pela justiça na comunhão dos seus destinos e das suas glórias. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando a Fábrica Nacional de Motores, então pertencente ao Governo da União, foi

vendida ao grupo Alfa Romeo da Itália, manifestei minhas sérias apreensões.

Eu não queria que fosse vendida a única indústria automobilística brasileira verdadeiramente nacional, sem embargo das falhas administrativas que possuía, decorrentes da situação política — ora uma direção técnica, ora uma orientação política, mas sempre prevalecendo aquêle critério da indústria fabricadora de viaturas nacionais procurando aperfeiçoar-se. Lembro-me que a primeira usinagem de uma peça chamada virabrequim, indispensável a qualquer veículo, foi fabricada pela antiga FNM, em Duque de Caxias. Recordo-me que, na seção de pesquisa, se estava procurando o apuramento de peças e que havia aquêle desejo incontido dos nossos engenheiros mecânicos e dos nossos operários de que, realmente, possuíssemos um veículo nacional. Quando da feitura da Carta de 1967, apresentei uma emenda considerando a então FNM, juntamente com a Companhia Nacional de Alcalis e a Companhia Siderúrgica Nacional, empresas ditas estatais, como patrimônios inalienáveis da nação brasileira. Os diretores de então — e alguns ainda permanecem nessas autarquias — me deram integral apoio.

Desgraçadamente, a emenda não prevaleceu. Aqui gostaria de acrescentar que, em meio a essas emprésas, havia colocado também a PETROBRAS.

Infelizmente, hoje, a Fábrica Nacional de Motores já não mais é patrimônio nacional.

Procurei, na medida do possível, apresentar um projeto que teve curso quase de *Via Sacra* nesta Casa do Congresso Nacional. Apoiado pelo consenso senatorial, não sei por que motivo, a matéria demorou tanto nas comissões e houve uma celeuma levantada em torno daquilo que, precisamente, passou a constituir um *affaire*. E só quando a negociação foi efetivada, o projeto — depois de um curso longamente penoso — teve sua liberação nas Comissões Técnicas desta Casa.

Protestei, Sr. Presidente, relembrando, inclusive, que o Exército brasileiro era, segundo supunha e ainda

suponho, quase que — me desculpe o pleonasmico, a redundância — certamente certo de que a Fábrica Nacional de Motores poderia ser utilíssima, não só no desenho, mas na fabricação de protótipos de interesse para o Exército brasileiro. Foi uma daquelas batalhas perdidas, que não me acabunharam o espírito de lutador parlamentar, porque fizeram com que eu me sentisse afinado com o interesse legítimo e puro que procurava e procurei defender nestes instantes finais em que ainda me encontro no Senado. Não quero perder uma oportunidade sequer para declarar aos meus pares, aos meus coestaduanos e à Nação brasileira que não desejo voltar a ser um Senador da República. Mas, Sr. Presidente, enquanto aqui estiver, eu vou ser assim uma espécie de cavalo puro-sangue prestes a ser afastado do páreo, mas correndo com gana para que possa defender as cōres que procurei representar nesta Casa do Congresso Nacional.

Alertei as autoridades sobre os diversos inconvenientes da venda da Fábrica Nacional de Motores. É verdade que o saudoso Presidente Costa e Silva reuniu o Conselho de Segurança Nacional e mandou fazer uma série de indagações. E, depois da minha presença na tribuna, a matéria não foi examinada com a facilidade que se apresentava através do noticiário amplo da imprensa escrita, falada e televisionada do nosso País.

O Ministro Edmundo de Macedo Soares e Silva tinha uma idéia firmada a respeito e toda a minha convicção, toda a minha argumentação teria que ser esmagada diante da decisão maior, à qual, pela impotência de poderes que tenho e que tinha, tive que me curvar.

Eu apontava, na época, não só os inconvenientes estratégicos, as interligações com o problema da segurança nacional como, também, aspectos de ordem social. Porque sabia, como sei, que os operários da Fábrica Nacional de Motores, alguns com 10 ou 15 anos, iriam pagar muito caro por essa transação que, *data venia*, considerei, e ainda considero, ruinosa aos interesses da nacionalidade.

Por ser eu um representante do Estado do Rio que está em con-

tato sempre com todos os recantos da velha província, quer na área rural, quer na área industrial, eu sabia — e alertei aqui esta Casa — que um problema social grave iria ser apresentado, justamente aquêle que diz respeito à habitação. E, agora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, velhos operários da antiga FNM estão vivendo horas dramáticas com o despejo, decretado pelo Juiz de Caxias, de inúmeras famílias — já não digo de chefes — de família de trabalhadores. Há, inequivocamente, um grande mal-estar em Duque de Caxias.

A minha presença na tribuna, no dia de hoje, é para endereçar um veemente e, tenho a necessidade de dizer, patético apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República, o honrado General Emilio Garrastazu Médici.

O controle acionário da FNM — que continua com o nome de FNM — está nas mãos da empresa Alpha Romeo, de cidadãos que nem sequer são italianos, porque venho aprendendo com minhas leituras, com minhas meditações, que a indústria não têm nacionalidade nem pátria. São homens que cuidam, apenas, do lucro e, na voragem, na vertigem de ganhar mais, não se importam com esses problemas sociais com que as nossas sociedades de economia mista tanto se preocupam, como no caso de Volta Redonda, que está fazendo excelente política habitacional, como também, é o exemplo da Companhia Nacional de Alcalis, no Arraial do Cabo, Município de Cabo Frio.

Eles, Sr. Presidente, querem, apenas, apresentar um custo de produção menor na fabricação do veículo, sem considerar que, modernamente, em economia, deve pesar muito, que é a situação social da empresa. Várias famílias já estão sendo despejadas, na Fábrica Nacional de Motores.

Conheço de perto a vila operária da fábrica. Sei, Sr. Presidente — e gostaria que a minha modesta voz pudesse ser ouvida pelo grande brasileiro que dirige os destinos de nosso País — que o centro residencial de maior importância na Fábrica Nacional de Motores foi construído pelo antigo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, mais tarde, fundido no Instituto Nacional de Previdência Social. Essas casas, esses

apartamentos foram construídos com o suor do povo brasileiro.

E, agora, Sr. Presidente, a Companhia que recebeu, data venia, de "mãos beijadas", aquêle acervo imenso que se situa à margem da Estrada Rio-Petrópolis, no Estado do Rio, na ânsia de um lucro discutível, faz com que a direção atual da empresa crie esse mal-estar que procuro modestamente dar conta ao Senado, na minha intervenção tribunica no dia de hoje. Que o Presidente Médici, numa área tão conflagrada, do ponto de vista social brasileiro, que é a Baixada Fluminente — uma área difícil, tão difícil, que o próprio Município de Caxias, onde ela se situa, foi considerado de segurança nacional, onde é difícil a aquisição de moradias. O que mais estorrece é que alguns vão sendo despejados e continuam trabalhando na fábrica.

Sr. Presidente, estimaria imenso que estas minhas palavras pudessem chegar aos ouvidos patrióticamente compreensivos do Chefe do Governo, e S. Exa. mandasse levantar os dados do problema que aqui esboço e viesse a avocar a si próprio a solução do problema.

Como, de que maneira justificar essa iniciativa da direção alienígena da Fábrica Nacional de Motores para com aqueles que tanto trabalharam para seu desenvolvimento?

Aqui cabe um parêntesis: Fábrica Nacional de Motores. Como "Nacional"? Estimaria dizer ex-Nacional de Motores. Hoje apenas um percentual simbólico está nas mãos do povo brasileiro. O outro, Sr. Presidente, está rigorosamente enfeixado nas mãos do grupo italiano. E o italiano, Sr. Presidente, que é diferente de outros povos, tão bom, segundo se diz, poeta, romântico, mas, quando se trata de dinheiro o italiano é igualzinho a qualquer outro que deseja esmagar, que deseja sufocar, que deseja estiolar tudo aquilo que representa uma atividade ainda com a ressonância do espírito que marcou a presença do trabalhador brasileiro naquela ex-Fábrica Nacional de Motores.

Endereço, e esta é a razão da minha presença na Tribuna, um apelo sinceramente correto, humano e, por que não dizer, sentimental ao Chefe

do Governo, para que S. Exa., através dos órgãos de informações, principalmente os do Estado do Rio e das áreas conflagradas da Baixada Fluminense mande averiguar o que ocorre relativamente a este assunto do despejo em massa de famílias de trabalhadores, uns dispensados, é verdade, mas outros em pleno exercício de sua atividade industrial na Fábrica Nacional de Motores. Enquanto o Ministério da Fazenda anuncia ontem que iria reestudar o caso das 500 famílias de ex-empregados da Fábrica Nacional de Motores que já está com ordem de despejo decretado pela Justiça Federal, uma comissão de moradores de Mantiqueira, a área atingida, esteve ontem com o advogado José Antabi, a fim de que este interceda junto às autoridades federais para evitar a medida extrema.

Falando a O Fluminense, o procurador das famílias atingidas, José Antabi, disse acreditar na sustação do despejo, embora o caso esteja "sub judice" porque tem certeza que o Governo Federal, tomando conhecimento agora da verdadeira situação, venha a adotar uma providência dentro do programa estabelecido pela Revolução, que é de amparar o trabalhador, dando-lhe residência própria.

Todo o problema teve origem com a demissão de cerca de 500 trabalhadores da Fábrica Nacional de Motores, na época de propriedade do Governo Federal, e que foi vendida à empresa italiana Alfa Romeo. Na ocasião, foram eles convidados a assinarem rescisão de contrato de trabalho o qual não implicava no desalojamento dos trabalhadores e suas famílias das casas que ocupavam nos terrenos da FNM.

Muito pelo contrário — é ainda o advogado José Antabi quem afirma —, a rescisão permitia que os trabalhadores, com o numerário recebido a título de indenização, adquirissem o imóvel que ocupavam, entrando em contato, para financiamento, com um dos órgãos federais como COHAB e BNH.

Em face dessas vantagens oferecidas é que os atuais prejudicados aceitaram em concordar com a rescisão do contrato de trabalho, renunciando até 20 a 40 por cento de seus direitos.

Essas promessas foram feitas pela FNM, através do chefe do Departamento de Relações Industriais, sr. Pergentino Soares Pereira, diretor de Administração, e pelo chefe do Serviço do Pessoal. Daí a aceitação pacífica dos trabalhadores, porque acreditaram ser isso verdade, confiantes na política da Revolução, que é a de dar teto aos trabalhadores.

O advogado José Antabi, procurado por uma comissão dos prejudicados, composta dos trabalhadores Milton Ferreira, Silvio Correia Paulo, Eliseu Dagostin, Afonso Peixoto, Raimundo Nonato e Misael Francisco da Silva, resolveu aceitar a defesa das famílias por considerá-la "uma medida social das mais humanas e também porque estava dentro do pensamento do Governo Federal, que é justamente a solução dos casos que vem de encontro aos anseios dos trabalhadores".

Disse ainda o advogado que já entrou em entendimentos com autoridades do Ministério da Fazenda, tendo recebido uma promessa do diretor do Serviço do Patrimônio da União, sr. Mário Teixeira, de um reexame geral da situação para o encaminhamento ao Ministro Delfim Netto.

Por outro lado, o advogado também afirmou que vai examinar os autos da sentença proferida pelo Juiz Federal do Estado do Rio, sr. Vitor Magalhães Júnior, pedindo a suspensão da liminar de emissão de posse até que seja encontrada uma solução benéfica para o caso dos trabalhadores da FNM, pelo Governo Federal.

O Prefeito e o Vice-Prefeito de Caxias, srs. Moacir do Carmo e Ruyter Poubel, estão solidários com a causa dos trabalhadores da FNM, por considerar uma medida perfeitamente humana a decisão favorável do Governo."

Tenho uma série de depoimentos, porque, justiça seja feita à Imprensa de meu Estado e também à da Guanabara, este assunto tem comovido as organizações que orientam a opinião pública. Salientei vários casos que são verdadeiramente comoventes e estarei recorrendo do ponto de vista em que o cidadão fica sem a sua casa de um momento para outro, ajudando uma empresa a progredir.

Ao encerrar estas considerações, quero crer que a minha voz possa

chegar, até o Palácio do Planalto, onde agora se faz o jôgo da verdade, no sentido de que êsses despejos possam ser sustados e que a emprésa que detém o controle acionário da FNM venha a ser chamada às falas e não continue a praticar tanta desumanidade com vários trabalhadores, com os filhos e espóspas desses trabalhadores naquela região, tão difícil, e que várias vezes me trouxe à tribuna para abordar seus problemas nos aspectos econômicos e sociais e que, no dia de hoje, me traz novamente prendendo a atenção do Senado, no instante em que endereço este apelo ao Chefe do Governo.

Tenho a certeza de que a minha palavra não se perderá nos desvãos desta Casa. Ela chegará até o lugar donde é dirigida, e espero que alguma coisa será feita, senão em benefício pelo menos para atenuação do grave problema social que, no momento, aquela região do Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, está enfrentando.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. JÚLIO LEITE (Lê o seguinte discurso.) — Sr Presidente, Srs. Senadores, comentando os dados constantes do relatório comemorativo do décimo aniversário da SUDENE, registrei, nas sessões de 18 e 28 de abril, alguns dos aspectos que me pareceram mais relevantes, a cerca do desenvolvimento do Nordeste. O desejo e a busca da objetividade impediram-me de abordar uma série de problemas correlatos que têm implicações muito íntimas com as deficiências de nossa economia. Muitas dessas questões, no entanto, podem ser encontradas em pronunciamentos anteriores que venho fazendo nesta Casa. Lembro-me, Senhor Presidente, com particular interesse, dos que se referem à produtividade das aplicações do Banco do Nordeste e ao paralelismo da ação dos órgãos federais de atuação regional, entre os quais, no setor de abastecimento de água, por exemplo, contam-se a CAENE, subsidiária da SUDENE, a SUVALE, o DNOCS e a Fundação SESP.

Mereci, na última oportunidade, a atenção e o incentivo de inúmeros Srs. Senadores. Vossa Excelência mes-

mo, Sr. Presidente, honrou-me com uma referência de ordem pessoal que muito me desvaneceu. O jornalista Serzedelo Machado, na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, comentou os dados que divulguei, em excelente artigo, no qual chamava a atenção para a permanência do problema das secas a que aludi nos dois pronunciamentos.

Não posso deixar de passar sem um registro especial, porém, o artigo com que esse bravo intelectual que é o Acadêmico Barbosa Lima Sobrinho, comenta, em sua coluna dominical do *Jornal do Brasil*, os meus discursos de 18 e 28 de abril. Esse notável homem público, cuja vida é um exemplo de abnegação e devotamento que inspira a nós nordestinos de todos os quadrantes, dá aos meus pronunciamentos, com a retidão de sua probidade intelectual, uma dimensão que sei estar além do alcance de minhas possibilidades. A simples referência a meu trabalho, Sr. Presidente, seria por si só muito desvanecedora. A generosidade de seus comentários, entretanto, tocou-me a sensibilidade, porque nunca pretendi mais do que cumprir com modéstia, mas, sobretudo, com íntima convicção, o meu mandato de representante do povo. A seriedade com que o Dr. Barbosa Lima Sobrinho se referiu aos meus pronunciamentos — e isto é um dos traços marcantes de sua personalidade — constitui sem dúvida alguma um incentivo para que eu persista no propósito de procurar a verdade, sem deixar me arrastar, como afirmou S. Exa., "pelo gosto das retaliações e das censuras, que refletem ressentimentos", os quais, felizmente, não posso.

Manifestações como estas, Sr. Presidente, fazem acreditar no poder polarizador do Nordeste e de sua gente. E não foi necessário esperar muito para que essa crença se transformasse numa realidade que começa a crescer aos nossos olhos. Realmente, foi com o espírito dos que acreditam na força das palavras e o sentimento dos que creem no Homem, que assisti e ouvi, no último sábado, o pronunciamento do Presidente Médici, na solenidade de encerramento da 25.ª Reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, que examinou o problema da seca que nos assola. As expressões

do discurso de S. Exa. são candentes, como candente deve ser a indignação do homem chocado pelo contraste entre a miséria e o desperdício que a confronta. Mas, antes de serem candentes, são palavras repassadas de um generoso sentimento de solidariedade que faz renascer a crença dos fracos e a esperança dos oprimidos. São palavras, Srs. Senadores, de um Líder inconformado com o que viu e, pelo que não viu, revoltado com o que deixou de ver, mas deduziu o que não queriam que ele visse.

O apelo com que o Presidente Médici encerrou o seu discurso traduz toda a força de sua inquebrantável decisão. Decisão de mudar, Sr. Presidente, mas sobretudo decisão de não permitir que a Nação fique alheia ao nosso drama. Decisão de empregar a força de sua autoridade, de utilizar o poder de mobilização de seu prestígio e de usar a capacidade de sua incontestável liderança, para que os seus irmãos do Nordeste sejam, efetivamente, seus contemporâneos e não marginais do progresso, nem espectadores da civilização.

Jamais, Sr. Presidente, outro Chefe de Estado terá se identificado tanto com o anseio e o sofrimento de seu povo. Por isso digo que nós do Nordeste ouvimos a voz da convicção. Por isso sei exprimir o desejo dos que não têm voz para agradecer, quando afirmo que hoje estou convencido de que no Nordeste, afinal, alguma coisa há de mudar! (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Oscar Passos — Milton Trindade — Lobão da Silveira — Clodomir Millet — Sebastião Archer — Waldemar Alcântara — Dinarte Mariz — Ruy Carneiro — Domício Gondim — Josaphat Marinho — Nogueira da Gama — Lino de Mattos — Ney Braga — Adolpho Franco — Celso Ramos — Antônio Carlos — Atílio Fontana.

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) — Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO N.º 96, DE 1970

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal.

Juntando a necessária comprovação, venho pedir a V. Exa. a justificação de minhas faltas do dia 18 de maio de 1.º do corrente, às Sessões do Senado, a que não pude comparecer por motivo de saúde.

Brasília, em 3 de junho de 1970. —
Milton Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) — A Presidência, conforme comunicação feita na Sessão de 15 de abril do corrente ano, recebeu Ofício do Governador do Estado do Paraná, solicitando autorização do Senado Federal para contrair empréstimo externo, no montante de US\$ 8.000.000,00 (oito milhões de dólares), destinado a atender ao custeio para prosseguimento da implantação básica e pavimentação da BR-153, no trecho compreendido entre Santo Antônio da Platina — Alto do Amparo, sub-trecho Rio Cinza — Rio Tibagi.

O referido pedido ficou aguardando, na Secretaria-Geral da Presidência, a complementação dos documentos exigidos no art. 343 do Regimento Interno.

Tendo a Presidência recebido os documentos necessários e indispensáveis, a matéria será despachada às Comissões de Finanças, Constituição e Justiça e dos Estados para Alienação e Concessão de Terras Públicas e Povoamento. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) — Terminado o período destinado ao Expediente.

Presentes, na Casa, 47 Srs. Senadores.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Notação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 5, de 1966, de autoria do Sr. Senador Bezerra Neto, que estende às autarquias estaduais e municipais as normas vigentes sobre prescri-

ção de dívidas e de ações contra a Fazenda Pública, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob n.º 146, de 1970, da Comissão

— de Constituição e Justiça.

A discussão do projeto foi encerrada na Sessão anterior e adiada à votação por falta de quorum.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovaram, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria voltará, oportunamente, à Ordem do Dia, para o segundo turno regimental.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 5, DE 1966

Estende às autarquias estaduais e municipais as normas vigentes sobre prescrição de dívidas passivas e de ações contra a Fazenda Pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — As dívidas passivas das autarquias estaduais e municipais constituídas exclusivamente de patrimônio estatal, com personalidade de direito público, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos, contados da data do ato ou fato do qual se originaram.

Art. 2.º — Aplicam-se às mesmas entidades, quanto às suas dívidas passivas, no que couber, as disposições do Decreto n.º 20.910, de 6 de janeiro de 1932, e Decreto-lei n.º 4.597, de 19 de agosto de 1942.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) —

Item 2

Votação, em 1.º turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 265-A, do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 6, de 1969, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que regula a aquisição de

gêneros alimentícios adquiridos no exterior, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob n.º 145, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela juridicidade.

A discussão da matéria foi adiada por falta de quorum na Sessão anterior.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovaram, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O projeto foi rejeitado.

A matéria será arquivada.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 6, DE 1969

Regula a aquisição de gêneros alimentícios adquiridos no exterior, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Os gêneros alimentícios adquiridos no exterior, que não forem doados a entidades assistenciais, são sujeitos ao prévio licenciamento da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.

Parágrafo único — Os produtos de que trata este artigo serão examinados pelo Serviço Bromatológico do Ministério da Saúde, antes de sua liberação ao consumo do público.

Art. 2.º — Não será autorizado o ingresso no Brasil dos produtos referidos no artigo anterior que possam prejudicar a comercialização normal de similares nacionais, salvo se destinarem a fins assistenciais.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) —

Item 3

Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 89, de 1970, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando transcrição, nos Anais do Senado, de entrevista concedida pelo Sr. Ministro da

Agricultura e publicada no Diário de Notícias, edição de 4-6-70."

Em discussão o requerimento.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovaram queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Será feita a transcrição solicitada.
O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) —

Item 4

"Discussão, em turno único, do Requerimento n.º 94, de 1970, de autoria do Sr. Senador Ison Gonçalves, que solicita a transcrição, nos Anais do Senado, do discurso pronunciado pelo Presidente Médici no encerramento da reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE, realizada no dia seis do corrente, em Recife."

Em discussão.

Se nenhum dos Senhores Senadores desejar fazer uso da palavra, encerra-rei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

O requerimento está aprovado.

A transcrição requerida será aten-dida.

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) —

Item 5

"Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 134, de 1968, de autoria do Sr. Senador Paulo Tôrres, que declara de utilidade pública a Previdência Social do Clube Militar (PREVI-MIL), com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, tendo

PARECERES favoráveis, sob n.ºs 162 e 163, de 1970, das Comissões

— de Constituição e Justiça; e
— de Finanças.

Em discussão o projeto, em segundo turno.

Nenhum dos Senhores Senadores desejando fazer uso da palavra, de-claro encerrada a discussão.

Encerrada a discussão, sem emen-das e não havendo requerimento, no sentido de que o projeto seja subme-tido a votos, é ele dado como definitivamente aprovado, independentemente de votação, nos termos do art. 272-A do Regimento Interno.

O projeto irá à Comissão de Re-dação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 134, DE 1968

Declara de utilidade pública a Previdência Social do Clube Militar (PREVIMIL), com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara. O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — É declarado de utilidade pública a Previdência Social do Clube Militar — (PREVIMIL), órgão subsidiário do Clube Militar, com sede e fóro no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) —

Item 6

"Discussão, em 1.º turno, do Pro-jeto de Lei do Senado n.º 47, de 1968, de autoria do Sr. Senador Josaphat Marinho, que manda re-verter em favor do empregado não optante pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que fôr apo-sentado pelo Instituto Nacional de Previdência Social, a sua conta individualizada, tendo

PARECERES, sob n.ºs 224, 225 e 226, de 1970, das Comissões

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juri-dicidade;
- de Legislação Social, pela aprovação; e
- de Finanças, declarando es-capar a matéria ao âmbito de exame da Comissão.

Há sobre a mesa requerimento so-licitando o adiamento da discussão da matéria, que vai ser lido pelo Sr. 1.º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO N.º 97, DE 1970

Nos termos dos arts. 212, letra 1 e 274, letra b, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 47, de 1968, a fim de ser feita na Sessão de 18 do corrente.

Sala das Sessões, 9 de junho de 1970. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) — Aprovado o requerimento, es-tá concedido o adiamento solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) —

Item 7

Discussão, em 1.º turno (apre-
ciação preliminar da constitucio-nalidade) do Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1970, de autoria do Sr. Senador Sebastião Archer, que inclui na Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacio-nal de Viação, a estrada Carolina, MA — Humaitá, AM, tendo

PARECER, sob n.º 228, de 1970,
da Comissão

— de Constituição e Justiça,
pela rejeição, por inconsti-tucionalidade.

REQUERIMENTO N.º 98, DE 1970

Nos termos dos arts. 212, letra 1 e 274, letra b, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado n.º 7, de 1970, a fim de ser feita na Sessão de 18 do corrente.

Sala das Sessões, 9 de junho de 1970. — Carlos Lindenberg.

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) — Aprovado o requerimento, es-tá concedido o adiamento solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia. Não há mais orador inscrito. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) — Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma Sessão Conjunta, a reali-zar-se hoje, às 21 horas.

Lembro ainda que, nos termos do Requerimento n.º 89, de 1970, aprovado na Sessão de 4 do corrente, o expediente da Sessão de amanhã será dedicado a homenagear a memória do ex-Senador Jerônimo de Souza Monteiro.

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) — Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a Sessão, designando, para a próxima, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 113, DE 1968

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 113, de 1968 (n.º 1.044-B/68, na Casa de origem), que autoriza a Associação Rural de Arroio do Meio a transferir, gratuitamente, propriedade imóvel à Campanha Nacional de Educandários Gratuítos, tendo

PARECERES, sob números 316, 317, 318, 319 e 320, de 1970, das Comissões

— de Agricultura

1.º pronunciamento: solicitando audiência do Ministério da Agricultura;

2.º pronunciamento: pela aprovação;

— de Educação e Cultura, favorável, nos termos do Substitutivo que apresenta;

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade do Substitutivo CEC; e

— de Finanças, favorável ao Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura.

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 182, DE 1968

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 182, de 1968 (n.º 725-B/67, na Casa de origem), que altera a redação do inciso XI do art. 84, da Lei n.º 4.215, de 27 de abril de 1963 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), tendo

PARECER, sob n.º 229, de 1970, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, e no mérito, pela aprovação.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 9, DE 1970

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado n.º 9, de 1970, de autoria do Sr. Senador Carlos Lindenberg, que dispõe sobre a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, como Solicitador Acadêmico, tendo

PARECER, sob n.º 323, de 1970, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 11, DE 1969

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade), do Projeto de Lei do Senado n.º 11, de 1969, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que cria o Parque Nacional de Mambucaba, no Vale do Rio Mambucaba, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras provisões, tendo

PARECER, sob n.º 227, de 1970, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Lino de Mattos) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 45 minutos.)

ENTREVISTA CONCEDIDA PELO SR. MINISTRO DA AGRICULTURA E PUBLICADA NO DIÁRIO DE NOTÍCIAS, EDIÇÃO DE 4-6-70, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 89, DE 1970, DE AUTORIA DO SR. VASCONCELOS TORRES, APROVADO NA SESSÃO DE 9-6-70.

NOVAS DIRETRIZES PARA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Brasília, 2 — O Engenheiro-Agrônomo Luis Fernando Cirne Lima, Ministro da Agricultura, em entrevista exclusiva a estes jornalistas nesta Capital, apresentou uma exposição das novas diretrizes do Ministério da Agricultura para o período 1970/73, informando que a melhoria do sistema de abastecimento e a modernização da exploração agrícola e pecuária resu-

mem as grandes prioridades da ação daquele órgão, num trabalho que envolve projetos de racionalização do uso de insumos básicos, ampliação das faixas de crédito a agricultores e criadores e colonização dos espaços vazios, como contribuição à efetiva ocupação do território nacional. Acrescentou ainda o Ministro que a programação de trabalho do Ministério da Agricultura selecionou dezesseis projetos de impacto para execução neste quadriênio, englobando este ano recursos num total de Cr\$ 884,82 milhões e Cr\$ 4,4 bilhões até dezembro de 1973, de acordo com um sistema de integração de órgãos federais, regionais e estaduais e em colaboração estreita com a iniciativa privada "que vêm oferecendo todo o apoio indispensável ao esforço governamental de melhorar os níveis de produção e de produtividade da agropecuária nacional, para a rápida integração sócio-econômica do Brasil".

Abastecimento

A regularização do abastecimento de gêneros básicos — informou — é preocupação constante do Ministério da Agricultura que, para isto, está planejando e executando projetos de construção de centrais de abastecimento nos principais centros consumidores, visando fortalecer a infraestrutura no setor e modernizar o sistema de comercialização da produção agrícola. Esse programa exigirá um total de Cr\$ 348 milhões e até 1973 porá em funcionamento as unidades localizadas no Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Estado do Rio, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém e Manaus, com reais benefícios para produtores e consumidores dessas áreas mais densamente povoadas.

A par desse programa, a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) vem adotando medidas que tendem a permitir não só a suplementação do atendimento à população sem acesso ao comércio particular de gêneros alimentícios — como é o caso do sistema de lanchas-mercado no eixo Tapajós-Xingu-Amazonas, que agora será também posto em prática no Rio São Francisco — mas igualmente reformular todo o sistema de comercialização, pela expansão das unidades móveis de atendimento e forma-

ção de estoques reguladores dos principais produtos alimentícios.

Pecuária

O Programa Nacional de Pecuária — disse o Ministro Cirne Lima — engloba projetos de defesa sanitária, seleção genética, melhoria de pastagens, inseminação artificial, mineralização do gado, industrialização e comercialização de carnes, dando-se ênfase ao incentivo às exportações do produto, que no primeiro trimestre deste ano renderam ao Brasil em divisas 10,5 milhões de dólares, obtidos com as vendas para o exterior de 17 mil toneladas de carnes, o que representa um acréscimo de 60% no volume comercializado e de 94,5% na receita obtida, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

O projeto de desenvolvimento da pecuária de corte na região Centro-Sul utilizará este ano Cr\$ 129,81 milhões em investimentos no preparo de solo, aquisição de maquinaria agrícola, formação de pastagens e aguadas, instalações de manejo, compra de reprodutores, pesquisa e estudo de mercado, num trabalho que pretende conseguir a duplicação da produção de carne por hectare, no período de dez anos. No projeto para a pecuária de corte nos Estados de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, serão aplicados Cr\$ 23,93 este ano e um total de Cr\$ 225,23 até 1973.

Defesa Animal

Setor básico para a melhoria da produtividade da exploração pecuária, a defesa sanitária animal vem ocupando lugar de relevo nas atividades do Ministério da Agricultura, principalmente o combate à febre aftosa que se realiza em todo o País, através de uma campanha em quatro etapas que permitirá o controle total de 33 milhões de bovinos até 1973, sendo 19,6 milhões de cabeças nas regiões Sul e Centro-Sul e 12,4 milhões na região Leste, com utilização de recursos estimados em Cr\$ 191,70 milhões.

O projeto de combate à aftosa, além de proporcionar a base de assistência sanitária ao desenvolvimento da pecuária de corte no País, se inserirá numa ação multilateral, envolvendo países vizinhos, como a Argentina, Uruguai e Paraguai, para perfeito

cumprimento das rigorosas exigências do comércio internacional de carnes.

Sementes

A urgente necessidade de modernização da agricultura nacional — frisou o Ministro Cirne Lima — determinou a elaboração do Plano Nacional de Sementes (PLANASEM), em execução este ano com recursos da ordem de Cr\$ 2,7 milhões e que aplicará um total de Cr\$ 182,69 milhões até 1973, com vistas a aumentar a produção de sementes melhoradas e intensificar sua utilização nas lavouras de produtos básicos. Como exemplo dos benefícios resultantes da execução do plano, informou o Ministro Cirne Lima que somente o incremento da produção no ano-meta de 1975 — determinado pelo aumento de rendimento — está avaliado em Cr\$ 800,7 milhões.

O projeto de sementes para as regiões Sul e Sudeste possibilitará em 1975 substanciais aumentos na taxa de utilização de sementes melhoradas em oito lavouras básicas, bastando salientar que as culturas de algodão nessa área serão totalmente plantadas com sementes melhoradas, enquanto o amendoim, que tinha em 1968 uma taxa de utilização de semente melhorada de 1,8%, passará para 42%, em 1975; o arroz, de 6,2% para 27%; a batata, de 13,8% para 35%; o feijão, de 0,2% para 22%; o milho, de 30,4% para 62%; a soja, de 67,4% para 81%; e o trigo, de 69,6% para 88%.

Tecnologia

Dentro dessa filosofia de promover o desenvolvimento tecnológico da agricultura nacional, através da intensificação do uso de insumos básicos, o Ministério da Agricultura estabelecerá um novo programa de pesquisa e experimentação agrícola para os mais importantes produtos alimentares, matérias-primas e produtos de exportação, que será executado com recursos de Cr\$ 218,4 milhões, segundo um esquema de integração de órgãos federais, estaduais e da iniciativa privada. Também serão criados novos instrumentos de execução, inclusive o Fundo Especial de Pesquisa Agrícola, que será provido com recursos internos e externos.

Por outro lado, procura-se incentivar a produção e uso de fertilizantes e corretivos nas lavouras, de modo a permitir a elevação dos índices de produtividade, ao mesmo tempo em que se implantam programas de mecanização agrícola, com base em estudos das principais zonas de produção e que definem também a política de importação de equipamentos agrícolas.

Irrigação

No fortalecimento da infra-estrutura agrícola — adiantou o Ministro Cirne Lima — culda o Ministério da Agricultura de executar projetos de irrigação que abrangem o vale do Jaguaribe (CE), no São Francisco (Petrópolis (PE), do Ceará-Mirim (RN) e o de Camaragibe (RS), planos que serão apresentados ao BID e ao Banco Mundial para financiamento parcial e cujo investimento global é da ordem de Cr\$ 505,70 milhões até 1973.

Paralelamente, está sendo implantado um sistema integrado de construção de estradas alimentadoras — com recursos de Cr\$ 154 milhões — e que objetiva basicamente facilitar o escoamento da produção agrícola, interligando as principais zonas de cultivo e de criação às estradas-tronco, enquanto se procura desenvolver o programa de eletrificação rural, envolvendo investimentos no total de Cr\$ 324,2 milhões, que em sua primeira etapa beneficiará 28 mil consumidores nos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará, prevendo-se ainda a duplicação do número de fazendas atingidas nessas regiões.

Colonização

A colonização dos espaços vazios — revelou — é meta também prioritária do Ministério da Agricultura, tendo em vista a necessidade imperiosa de ocupação efetiva do território nacional, através da transferência de excedentes de população de áreas de baixa produtividade para formação de núcleos agrícolas com perfeita assistência técnica do Governo, inclusive em faixas ao longo de novas estradas a serem construídas, como é o caso da Rodovia Cuiabá-Santarém.

A política de colonização obedece às seguintes diretrizes básicas: eman-

cipar, em prazo curto, núcleos oficiais, titulando seus ocupantes e mantendo-se serviços de educação e assistência médica, que serão depois transferidos para os Estados e Municípios; promover a instalação de novas unidades de colonização; estimular a colonização privada, através da concessão de incentivos especiais; e criar núcleos, principalmente em áreas de fronteira, essenciais à segurança interna.

Cerrados

Esclareceu o Ministro Cirne Lima que o Ministério da Agricultura coordena programa especial para incorporar ao processo produtivo a região dos cerrados, que compreende dois milhões de quilômetros quadrados no Planalto Central e Meio-Norte do País e tem regime pluviométrico favorável ao desenvolvimento de uma agricultura racional.

Inicialmente, serão consolidados todos os projetos de pesquisas já realizados sobre cerrados e estimulado o setor de crédito para execução de planos prioritários nessas áreas, merecendo relêvo o de pecuária de corte, tendo em vista que esse setor apresenta menores exigências de insumos, pesquisa e assistência técnica.

Reforma Agrária

A reforma agrária — informou — será acelerada em áreas operacionais, de acordo com um esquema de conjugação de esforços de órgãos federais e estaduais, e se integrará no programa global de desenvolvimento dessas regiões, objetivando basicamente a elevação da renda agrícola, o aumento dos níveis de produção e de produtividade, a melhoria das condições sociais da população rural e o mais adequado aproveitamento das terras.

A política da terra do atual governo será dinamizada com a fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e a elaboração de um projeto que servirá de base para um Código Agrário Brasileiro, condensando tóda a legislação vigente sobre posse e uso da terra. Toda a assistência será assegurada — acentuou — para que a reforma agrária possa efetivamente cumprir sua finalidade básica de formação de novas unidades produtoras com benefi-

cios para o maior número possível de famílias.

Melhor Renda

No que respeita à criação de condições mais favoráveis ao aumento da rentabilidade na agricultura e ao bem-estar do pequeno produtor o Ministro Cirne Lima enfatizou as medidas que deram cumprimento à determinação do Presidente Médici visando a distribuição mais equânime da renda global, notadamente com os incentivos criados no setor do crédito agrícola e a regulamentação do imposto de renda rural, além da isenção do ICM sobre insumos agrícolas e do IPI sobre máquinas e tratores necessários à melhoria tecnológica na agricultura.

A nova regulamentação do imposto de renda rural isenta de declaração os produtores que obtêm renda pequena, seguindo o princípio de "exigir mais dos que ganham ou vendem mais", enquanto no setor de crédito rural são mantidos juros baixos para empréstimos até 50 salários-mínimos, faixa a que tem acesso o pequeno e médio produtor. Além disso, o Governo agora subsidia parte dos financiamentos para aquisição de insumos modernos (adubos, fertilizantes, inseticidas etc.), que serão feitos à taxa de juros de 17 por cento, pagando o mutuário 7 por cento e ficando os restantes 10 por cento sob responsabilidade do Fundo de Desenvolvimento Agrícola (FUNDAG).

Política Florestal

No setor florestal — frisou — é dada ênfase à execução de projetos de florestamento e reflorestamento que são executados por empresas especializadas, com base na política de incentivos fiscais instituída pelo Governo Federal para expansão de nossos recursos florestais. Só no primeiro trimestre deste ano, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), aprovou mais 129 projetos de reflorestamento, englobando investimentos da ordem de Cr\$ 25,821 milhões, que permitirão o plantio de 50 milhões de árvores, numa área de 21.297 hectares.

Ainda este ano — informou o Ministro Cirne Lima — deverão ser iniciadas as atividades do projeto de implantação e coordenação da pesquisa florestal no Brasil, que tem a colabo-

ração do Fundo Especial das Nações Unidas e utilizará, num período de 5 anos, Cr\$ 25 milhões no manejo de florestas naturais, na análise de introdução de essências florestais indígenas e exóticas de valor econômico, no estudo da tecnologia das madeiras e produtos florestais, com vistas à sua utilização industrial, e no preparo de pessoal técnico a ser utilizado em trabalho de experimentação.

Pesca

A racionalização das atividades pesqueiras — disse o Ministro Cirne Lima — exige do Ministério da Agricultura a execução de projeto que objetiva a modernização da infra-estrutura no setor, através da construção de portos pesqueiros. A primeira etapa do programa — que envolve a utilização de Cr\$ 20 milhões este ano e de Cr\$ 162 milhões até 1973 — compreende a execução dos projetos do Rio Grande, Santos e Niterói ficando para uma segunda fase a construção dos portos de Itajai, Vitória, Salvador, Recife e Belém.

Por outro lado, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) está utilizando quatro navios de pesca exploratória no levantamento dos recursos pesqueiros da costa brasileira, cumprindo esquema previsto na segunda fase do programa de pesquisa e desenvolvimento pesqueiro do Brasil, que é executado com suporte técnico e financeiro do Fundo Especial das Nações Unidas, com vistas a aumentar nossa capacidade de produção, industrialização e comercialização de pescado.

Metas

Em comparação com a situação verificada na agropecuária nacional no período 1967/68, as metas programadas pelo Ministério da Agricultura no quadriénio 1970/73 prevêem uma elevação substancial na taxa de incremento do produto agrícola total que, de 3,9% passará para 6%, enquanto a produção animal subirá de 4,7% para 6,3%, a área cultivada de 2,5% para 4% e área ocupada com pastagens artificiais atingirá, no final do período, 35 milhões de hectares, contra 20 milhões levantados no ano agrícola 1967/68.

Quanto à utilização de insumos modernos, está previsto no quadriénio

um consumo de 330 mil toneladas de fertilizantes nitrogenados, 540 mil de fosfatados e 360 mil de potássicos, estimando-se em 120 mil o número de tratores agrícolas em operação em 1973, contra apenas 80 mil em 1967/68, e em 600 mil hectares a área irrigada na agricultura nacional, que era de 400 mil hectares.

Produção

Finalizando, ainda numa comparação com a situação agrícola em 1967/68, o Ministério Cirne Lima revelou que as metas de produção a serem alcançadas no quadriênio 1970/73 estabelecem também substancial aumento nas quantidades produzidas, como é o caso do algodão, que atingirá 2.980 mil toneladas, contra 2.053; o arroz, com 6.830 mil, contra 5.437; o feijão, com 2.570 mil para 1.830 mil; o milho, 17.840 mil para 10.958; a cana-de-açúcar, 98.380 mil para 79.751 mil; e o café 1.650 mil, contra 1.374 mil toneladas obtidas em 1967/68.

Na exportação dos principais produtos, o Ministro Cirne Lima informou que a política posta em prática pelo Governo Federal no sentido de incentivar o comércio com o exterior facilitará o alcance das metas previstas para o final do período 1970/73 e que estimam para o algodão um volume de 600 mil toneladas; arroz, 200 mil; milho, 2 milhões; soja, 400 mil; açúcar, 1.300 mil; café, 1.200 mil; cacau, 130 mil; e carne, 150 mil toneladas.

Esta é a nossa luta pela rápida Integração Sócio-económica do Brasil — dentro do Projeto Nacional de Desenvolvimento do Presidente da República.

Embora enfrentando uma série de dificuldades para a realização destas entrevistas, estes repórteres conscientes da sua missão e do serviço de esclarecimento que estão prestando à opinião pública, sobre a AÇÃO E METAS DE UM GOVERNO NA LUTA PELA RESTAURAÇÃO DA VERDADEIRA DEMOCRACIA, publicarão todos os pronunciamentos desta série, em inglês na revista "Brazilian American Survey", a partir de setembro. Também editarão um livro com todas as entrevistas.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO PRESIDENTE MÉDICI NO ENCERRAMENTO DA REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDENE, REALIZADA NO DIA SEIS DO CORRENTE, EM RECIFE, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO N.º 94, DE 1970, DE AUTORIA DO SR. SENADOR WILSON GONÇALVES, APROVADO NA SESSÃO DE 9-6-70.

Foi o seguinte o discurso do Presidente Médici encerrando a reunião do Conselho da Sudene:

"Aqui vim para ver, com os olhos da minha sensibilidade, a seca deste ano, e vi todo o drama do Nordeste. Vim ver a seca de 70, e vi o sofrimento e a miséria de sempre.

Agradeço a Deus a inspiração de fazer esta viagem de emergência: uma viagem inesperada, de flagrante, apressada, parando um pouco em cada lugar, para ver as coisas e os homens que eu queria ver.

Vim ver e vi. Vi o Nordeste de dentro, dos sertões secos de Crateús e dos Currais Novos. Vi a paisagem árida, as plantações perdidas, os lugarejos mortos. Vi a poeira, o Sol, o calor, a inclemência dos homens e do tempo, a desolação.

Vi as frentes de trabalho, feitas só para assistir o homem. Vi os postos de alistamento dessas mesmas frentes, com multidões famintas angustiadas, esperando a sua vez.

Vi o homem. Falei a esse flagelado. Vi seus farrapos, apertei a sua mão, vi o que comia, perguntei pelos seus, por sua terra, seu trabalho, seu patrão; vi homens comendo só feijão e farinha, sem tempôro e sem sal. E dizer-se que vi isso em terra de salinas.

Vi o sofrimento de homens moços, de mais de 10 filhos, nunca menos de cinco, deixados lá longe, onde não chegou a ir. Vi crianças desassistidas ao longo do caminho.

Vi a tóseca tapera dos homens que tiveram a sorte de alistar-se nas frentes de trabalho e pensei nos que nem chegaram até ali.

Vi a mão verde-oliva dos companheiros do Exército — do soldado ao general — estendida a esse homem, como estrutura atuante de assistência social.

Vi como os homens se vinculam à terra, vinculados aos seus donos. Vi essa pobre lavoura de sustento, sem água, sem técnica, sem adubo, sem produtividade, desenganada de dar o esperado fruto. E, pior que isso, vi a angústia dos meses que ainda virão sem chuva.

Mas vi em toda a parte dos sertões por onde andei, o espírito de religiosidade, a resignação, a bondade, o apego à família. Vi a esperança apesar de tudo, e a fortaleza moral daquela gente sofrida que a mim falou sua verdade.

E sei que muito mais não vi. Não vi outras frentes de trabalho, mais carentes de organização e de recursos, nem os lugares onde frentes nem chegaram a se fazer. Não vi as famílias flageladas que ficaram longe e sem forças, que não vieram buscar a esperança distante.

Vi tudo isso com os meus próprios olhos e conclui o que não cheguei a ver. Nada, em toda a minha vida, me chocou assim e tanto me fêz emocionar e desafiar minha vontade.

Trouxe comigo, para todas as provindências, os meus Ministros da Fazenda, da Agricultura, do Planejamento, dos Transportes e do Interior. Se, dos Ministérios do Trabalho e da Saúde, vieram só representantes, é que mandei os titulares em missão ao exterior. A tudo viram, a meu lado, o superintendente da Sudene, os diretores do DNOCS e do Banco do Brasil, os Generais comandantes do IV Exército e do Grupamento de Engenharia, assim como os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência, o Chefe do SNI, os meus assessores imediatos e os profissionais da imprensa que eu trouxe do Sul.

Sabemos todos que tudo isso já foi muito pior no Nordeste, antes da SUDENE, antes da Revolução. Sabemos que a seca já foi indústria que enriqueceu muita gente. Sabemos que a corrupção já se saciou desse flagelo e que tanto demagogo fêz da miséria de sertanejo a bandeira da subversão. Sabemos que, noutros tempos, não havia sequer uma estrutura capaz de organizar e assistir. Sabemos que já vai longe a época em que toda estratégia consistia em obter recursos extraordinários do Governo federal

que, longe de chegarem aos necessitados, se perdiam em iniciativas ingênuas e estéreis, ou mesmo, sob todas as formas de desonestade.

Forçoso é que se diga, porém, que o quadro que nós vimos não é o quadro que devemos ver, quaisquer que sejam as desventuras, as calamidades e as inclemências da natureza. Forçoso é que nenhum de nós se conforme com essa triste realidade.

E se tudo isso vi, é preciso que eu diga que houve quem me aconselhasse a que eu não viesse ver.

É preciso dizer também que vi quem lamentasse o exodo dos flagelados para as zonas úmidas, só porque isso iria diminuir o censo e, portanto, prejudicar a representação política.

Vi, também, a multiplicidade e a superposição de órgãos de natureza e escalões diversos, atropelando-se nas providências e prejudicando a indispensável unidade de comando para a ação.

Vi muita preocupação de que eu não visse nada, e que só visse e ouvisse os poderosos da terra.

Sei, também, que, desgraçadamente, tantos dos que se queixam da falta de meios para vencer o flagelo, dilapidam preciosos recursos em propaganda e no empreguismo fácil que, se nem sempre lhes assegura vitórias eleitorais, sempre compromete a administração nos anos que hão de vir.

Com o velho hábito de comandante de tropa que vela pelo seu último soldado, o Chefe da Nação não pode compreender a existência de compatriotas seus sobrevivendo em condições tão precárias.

Não, não me conformo. Isso não pode continuar.

Que fazer então, se não há milagre que transforme tudo agora mesmo, nem ao menos o milagre que tire o egoísmo do coração dos homens?

Há providências a tomar imediatamente, no mínimo para remediar tanta coisa que já deveria ter sido feita. E há coisas para fazer depois, para que o Nordeste um dia não seja mais assim.

Agora, é levar comida a quem tem fome, com o abastecimento de gêneros essenciais à área atingida.

Agora, é dar trabalho, dar um trabalho qualquer, para que o homem se sinta válido, com uma garantia de recursos para as frentes, nisso colaborando todos os Estados — não só os da Região, com ênfase para as obras de infra-estrutura, de rodovias, e de irrigação.

Agora, é antecipar recursos, inclusive os recursos do Fundo Especial para os Estados do Nordeste, não para que se malbaratem em mãos inadequadas ou em projetos enganadores, mas para projetos essenciais e de execução imediata, que cheguem logo ao homem, sob a forma de teto, de roupa, de comida, de água, de esgoto e de remédio.

Que fazer, então, de mais duradouro e definitivo?

Há quem pense ser possível a solução do problema das regiões semi-áridas do Nordeste com a retirada, por decretos, das populações, esquecidos do amor à terra que essa gente tem.

Há quem pense que tudo se resume em redistribuir a terra, como se esse homem assim tivesse condições de lhe dar a produtividade que ela não tem.

Há quem pense que tudo se resume na farta distribuição de créditos extraordinários aos Governos estaduais e municipais, assim como aos donos da terra, sem que se apercebam dos perigos da pulverização de recursos e dos descaminhos que impedem que elas cheguem ao homem que sofre, chegando, no melhor, ao chafariz da praça.

Há quem pense que tudo se resume em irrigação, sem se dar conta do preço da solução nas dimensões necessárias.

E há, ainda, os que não pensam em solução nenhuma, só pensam em protesto, para acenderem a revolução social, que nos iria desunir a todos, sacrificar gerações, agravar a miséria e retardar o encontro de nosso caminho.

Então, se devemos ter sensibilidade para sentir o problema todo, devemos também ter os pés no chão e os olhos à frente para prever o desdobramento do futuro.

É certo que não podemos deixar as coisas como estão; é certo que precisamos de corrigir desvios e distorções, erros de cálculo e de perspectiva, mas não podemos pulverizar recursos, sufocar a nascente indústria nordestina, nem subverter as estruturas, ou prejudicar a notável recuperação econômica do País.

O que podemos fazer, em prazo menor iminente, é ajustar os planejamentos à realidade, é contribuir para a mudança da mentalidade político-administrativa também aqui no Nordeste.

Decidi, então, fortalecer a agricultura nordestina, para torná-la resistente às secas, emprenhando recursos substanciais, até de origem externa, em programas de irrigação em áreas selecionadas.

Decidi canalizar, também, consideráveis recursos de incentivos fiscais para a execução de projetos agrícolas, onde quer que se configure uma clara perspectiva de produtividade, o que implicará no fortalecimento das instituições de pesquisa agrícola.

Decidi incentivar a programação de colonização em zonas úmidas do Nordeste, do Maranhão, do Sul do Pará, do vale do São Francisco e do Planalto Central, de forma a absorver as

populações de áreas consideradas totalmente desaconselháveis à vida humana.

Estou seguro de que, no campo político-administrativo, poderei contar, no próximo ano, com uma equipe de governantes estaduais e municipais, também como agora, perfeitamente sintonizada com os diretores de organismos com jurisdição na área, com os chefes militares e com os meus próprios Ministros, de tal forma que a orientação que de mim se emane converta em verdade, na desejada unidade de comando.

Ao fim desta viagem de que retorno ainda mais determinado a cumprir minha missão, quero dizer ao povo do Nordeste que não lhe prometo nada, não prometo milagres, nem transformação, nem dinheiro, nem favores, nem peço sacrifícios, nem votos, nem mobilizo a caridade. Só digo é que tudo isso tem de começar a mudar.

Exijo a contribuição da nação inteira, a determinação dos governan-

tes, o espírito público, a firmeza de todo chefe. Exijo a austeridade de todos os homens responsáveis, para que não haja indiferença ao sofrimento e à fome. Exijo que se diga e que se mostre sempre a verdade, por mais que ela nos doa.

Apelo à imprensa de meu País para que aponte o que de bem e mal houver, sem preocupar-se tanto com o impacto e o sensacionalismo.

Apelo à mocidade, para que não malbarate sua generosidade e sua energia buscando objetivos que não levam a nada, mas que se junte aos homens que, em verdade, estão preparando o Brasil de seu amanhã.

Apelo à consciência nacional, para que todos os brasileiros sintam que o Nordeste não é um problema distante, não pertence só ao nordestino, mas é um problema nacional, que toca a sensibilidade e o brio de todos nós.

E hoje, nesta cidade do Recife, perante governadores e ministros, pensando no povo, particularmente no

povo nordestino, quero dizer que não me sinto com poderes e dons para fazer milagres, mas tenho firmeza, confiança e decisão, para proclamar à nação inteira que, com a ajuda de todos os brasileiros e com a ajuda de Deus, o Nordeste afinal haverá de mudar."

PORTRARIA N.º 42, DE 1970

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar, para auxiliares da Banca Examinadora do Concurso Interno para Taquigrafo-Revisor, os seguintes funcionários:

Beatriz Corrêa de Mello — Taquigrafo-Revisor, PL-2; Myrthes Nogueira — Taquigrafo-Revisor, PL-2; Elza José Muniz de Melo — Oficial Legislativo, PL-3; Georgeta Kuntz — Oficial Legislativo, PL-4; e Arthur Botelho Casado Lima — Oficial Legislativo, PL-6, para Secretário.

Secretaria do Senado Federal, em 8 de junho de 1970. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

M E S A		LIDERANÇA DO GOVERNO
Presidente: João Cleofas (ARENA — PE) 1º-Vice-Presidente: Wilson Gonçalves (ARENA — CE) 2º-Vice-Presidente: Lino de Mattos (MDB — SP) 1º-Secretário Fernando Corrêa (ARENA — MT) 2º-Secretário: Edmundo Levi (MDB — AM) 3º-Secretário: Paulo Tôrres (ARENA — RJ)	4º-Secretário: Manoel Villaça (ARENA — RN) 1º-Suplente: Sebastião Archer (MDB — MA) 2º-Suplente: Sigefredo Pacheco (ARENA — PI) 3º-Suplente: Domício Gondim (ARENA — PB) 4º-Suplente: José Feliciano (ARENA — GO)	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT) Vice-Líderes: Petrônio Portella (ARENA — PI) Eurico Rezende (ARENA — ES) Antônio Carlos (ARENA — SC) Guido Mondin (ARENA — RS) Dinarte Mariz (ARENA — RN) DO MDB Líder: Aurélio Vianna (GB) Vice-Líderes: Adalberto Sena (AC) Bezerra Neto (MT)

**COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS
E DE LEGISLAÇÃO SÓBRE ENERGIA ATÔMICA**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Arnon de Mello José Leite Benedicto Valladares Vasconcelos Torres Teotônio Vilela	Mello Braga José Guiomard Adolpho Franco Lobão da Silveira Victorino Freire

MDB

Nogueira da Gama Josaphat Marinho	José Ermírio Aurélio Vianna
--------------------------------------	--------------------------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 360.

Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Flávio Brito
Vice-Presidente: Atílio Fontana

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Flávio Brito Ney Braga Atílio Fontana Teotônio Vilela Milton Trindade	Benedicto Valladares José Guiomard Júlio Leite Menezes Pimentel Clodomir Millet

MDB

José Ermírio Argemiro de Figueiredo	Aurélio Vianna Nogueira da Gama
--	------------------------------------

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO
LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO
— ALALC**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Arnon de Mello Antônio Carlos Mello Braga Vasconcelos Torres Mem de Sá	José Leite Eurico Rezende Benedicto Valladares Carvalho Pinto Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna Adalberto Sena	Pessoa de Queiroz
----------------------------------	-------------------

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portella
Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Milton Campos Antônio Carlos Carvalho Pinto Eurico Rezende Guido Mondin Petrônio Portella Carlos Lindenbergs Arnon de Mello Clodomir Millet Moura Andrade	Mem de Sá Flávio Brito Benedicto Valladares Milton Trindade Júlio Leite Vasconcelos Torres Adolpho Franco Filinto Müller Dinarte Mariz

MDB

Antônio Balbino Bezerra Neto Josaphat Marinho	Argemiro de Figueiredo Nogueira da Gama Aurélio Vianna
---	--

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Adalberto Sena

ARENA**TITULARES**

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Petrônio Portella
Atílio Fontana
Júlio Leite
Clodomir Millet
Guido Mondin
Antônio Fernandes

SUPLENTES

Benedicto Valladares
Mello Braga
Teotônio Vilela
José Leite
Mem de Sá
Filinto Müller
Milton Trindade
Waldemar Alcântara

MDB

Aurélio Vianna
Adalberto Sena
Oscar Passos

Bezerra Neto
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão Exteriores.

*dataDeAtendimento***COMISSÃO DE ECONOMIA**

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mem de Sá
Vice-Presidente: José Ermírio

ARENA**TITULARES**

Mem de Sá
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Ney Braga
Cattete Pinheiro
Atílio Fontana
Duarte Filho

SUPLENTES

José Leite
Filinto Müller
Petrônio Portella
Eurico Rezende
Arnon de Mello
Antônio Carlos
Flávio Brito
Milton Trindade

MDB

Bezerra Neto
José Ermírio
Pessoa de Queiroz

Nogueira da Gama
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.
Reuniões: terças-feiras, às 17 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Guido Mondin

ARENA**TITULARES**

Eurico Rezende
Ney Braga
Guido Mondin
Cattete Pinheiro
Duarte Filho

SUPLENTES

Benedicto Valladares
Waldeimar Alcântara
Antônio Carlos
Teotônio Vilela
Raul Giuberti

MDB

Adalberto Sena
Antônio Balbino

Ruy Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Moura Andrade
Vice-Presidente: José Cândido

ARENA**TITULARES**

Moura Andrade
Antônio Carlos
Waldemar Alcântara
Milton Trindade
Flávio Brito
José Cândido
Eurico Rezende

SUPLENTES

José Guiomard
Victorino Freire
Filinto Müller
Lobão da Silveira
Raul Giuberti
Petrônio Portella
Daniel Krieger

MDB

Carneiro
Balbino
de Figueiredo
Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Carvalho Pinto

ARENA**TITULARES**

Carvalho Pinto
Cattete Pinheiro
Mem de Sá
José Leite
Moura Andrade
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Raul Giuberti
Júlio Leite
Waldemar Alcântara
Vasconcelos Torres
Atílio Fontana
Dinarte Mariz

SUPLENTES

Carlos Lindenberg
Teotônio Vilela
José Guiomard
Daniel Krieger
Petrônio Portella
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Flávio Brito
Filinto Müller
Duarte Filho
Eurico Rezende

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
José Ermírio
Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.
Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

Flávio Brito
Adolpho Franco
Júlio Leite
Mem de Sá
Teotônio Vilela

José Cândido
Mello Braga
Arnon de Mello
Clodomir Millet
Milton Trindade

MDB

Antônio Balbino
José Ermírio
Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R. 305.
Reuniões: quartas feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adolpho Franco
Vice-Presidente: Mello Braga

TITULARES ARENA SUPLENTES

Adolpho Franco	Celso Ramos
Victorino Freire	Milton Trindade
Atílio Fontana	José Leite
Mello Braga	Raul Giuberti
Júlio Leite	Duarte Filho

MDB

Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna
Josaphat Marinho

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.
Reuniões: quartas feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho
Vice-Presidente: José Leite

TITULARES ARENA SUPLENTES

Antônio Carlos	Mello Braga
José Leite	José Guiomard
Celso Ramos	Teotônio Vilela
Carlos Lindenberg	Guido Mondin
Benedicto Valladares	Victorino Freire

MDB

Oscar Passos

Josaphat Marinho
José Ermírio

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.
Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO POLÍGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro
Vice-Presidente: Duarte Filho

TITULARES ARENA SUPLENTES

Clodomir Millet	Teotônio Vilela
Antônio Fernandes	José Leite
Arnon de Mello	Waldemar Alcântara
Duarte Filho	Dinarte Mariz
Menezes Pimentel	Carlos Lindenberg

MDB

Aurélio Vianna

Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.
Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Waldemar Alcântara

TITULARES ARENA SUPLENTES

Daniel Krieger	Adolpho Franco
Raul Giuberti	Petrônio Portella
Antônio Carlos	José Leite
Carlos Lindenberg	Ney Braga
Mem de Sá	Milton Campos
Eurico Rezende	Filinto Müller
Waldemar Alcântara	Guido Mondin
Carvalho Pinto	José Guiomard

MDB

Antônio Balbino

José Ermírio
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.
Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTES

Benedicto Valladares	Filinto Müller
Cattete Pinheiro	José Leite
Antônio Carlos	Clodomir Millet
Mem de Sá	

MDB

Aurélio Vianna

Nogueira da Gama

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 311.

Reuniões: quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilberto Marinho
Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

SUPLENTES

Filinto Müller	José Guiomard
Waldemar Alcântara	Carlos Lindenberg
Antônio Carlos	Adolpho Franco
Mem de Sá	Petrônio Portella
Ney Braga	José Leite
Milton Campos	Teotônio Vilela
Moura Andrade	Clodomir Millet
Gilberto Marinho	
Arnon de Mello	
José Cândido	
Mello Braga	

MDB

Josaphat Marinho

Pessoa de Queiroz

Antônio Balbino

Aurélio Vianna

Oscar Passos

Bezerra Neto

Secretário: J. B. Castejon Branco — Ramal 457.

Reuniões: quintas-feiras, às 14 horas e 30 minutos.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Raul Giuberti

ARENA

SUPLENTES

Cattete Pinheiro	Júlio Leite
Duarte Filho	Menezes Pimentel
Waldemar Alcântara	José Leite
José Cândido	Flávio Brito
Raul Giuberti	Vasconcelos Torres

MDB

Nogueira da Gama

Adalberto Sena

Bezerra Neto

Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor Diretor-Geral.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Victorino Freire
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
 José Guiomard
 Gilberto Marinho
 Ney Braga
 José Cândido

Oscar Passos
 Aurélio Vianna

SUPLENTES

Filinto Müller
 Atílio Fontana
 Dinarte Mariz
 Mello Braga
 Celso Ramos

MDB

Argemiro de Figueiredo

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Lindenbergs
Vice-Presidente: José Guiomard

ARENA**TITULARES**

Victorino Freire
 Carlos Lindenbergs
 Arnon de Mello
 Raul Giuberti
 José Guiomard

Ruy Carneiro
 Adalberto Sena

SUPLENTES

Celso Ramos
 Petrólio Portella
 Eurico Rezende
 Menezes Pimentel

MDB

Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Celso Ramos
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

ARENA**TITULARES**

José Leite
 Celso Ramos
 Arnon de Mello
 Vasconcelos Torres
 José Guiomard

Pessoa de Queiroz
 Bezerra Neto

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Millet
Vice-Presidente: Milton Trindade

ARENA**TITULARES**

Clodomir Millet
 Milton Trindade
 José Guiomard
 Flávio Brito
 Lobão da Silveira

Oscar Passos
 Adalberto Sena

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira —
 Ramal 313.
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

ASSINATURAS DO**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**
(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília - DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:**Via Superfície:**

Semestre ... Cr\$ 20,00
 Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre ... Cr\$ 40,00
 Ano Cr\$ 80,00

Anais da Constituição de 1967

Os ANAIS DA CONSTITUIÇÃO DE 1967, obra elaborada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, compreendem 7 volumes em feição inteiramente nova, diversa do estilo tradicional de Anais.

Ao quadro comparativo (Projeto de Constituição de 1967 — Constituição de 1964 — Emendas Constitucionais e Atos Institucionais) distribuído aos Senhores Congressistas no início da discussão e votação da nova Constituição, seguem-se, agora, os demais volumes dos Anais.

1.º VOLUME: Edição 1967 — 420 págs. — Preço: Cr\$ 6,00. Antecedentes da Constituição através do noticiário da imprensa.

Neste volume são divulgadas as principais manifestações da imprensa brasileira, no decorrer do ano de 1966, em editoriais, crônicas, entrevistas e reportagens, abordando a reforma constitucional desde a indicação da Comissão de Juristas; o texto do Anteprojeto da Comissão de Juristas; as divergências ocorridas entre os membros daquela Comissão; as manifestações de Congressistas e constitucionalistas face ao problema da outorga, eleição de uma Assembléia Constituinte ou ato convocatório do atual Congresso; o papel desempenhado pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, Senador Moura Andrade e Deputado Adauto Lúcio Cardoso, em defesa da independência e soberania do Poder Legislativo, críticas e sugestões ao Projeto de Constituição e análise dos Capítulos do Projeto originário do Executivo e remetido ao Congresso em 12 de dezembro de 1966.

2.º VOLUME: Edição 1967 — 432 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Primeira fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional — Discussão e votação do Projeto

Este volume contém os pronunciamentos dos parlamentares nas 18 sessões conjuntas realizadas de 12 a 21 de dezembro de 1966 para discussão e votação do Projeto de Constituição.

Focaliza as manifestações referentes à matéria constitucional, fornecendo, para facilitar as pesquisas, índices de sessões, autores (de discursos, apartes, declarações de voto e questões de ordem) — com pequeno resumo dos temas abordados — e ainda um índice de assuntos.

Índices deste gênero são apresentados em todos os volumes dos Anais e compendiados em um volume final de Índice Geral.

3.º VOLUME: Edição 1968 — 202 págs. — Preço: Cr\$ 5,00. Discursos pronunciados em sessões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados

Discursos pronunciados antes do envio do Projeto da nova Constituição ao Congresso Nacional, assim como aqueles referentes ao período da convocação extraordinária do Congresso, com uma cobertura completa dos trabalhos constitucionais, a partir de 29-11-66 até 11-1-67.

4.º VOLUME: Edição 1968 — 1.192 págs. — (2 tomos) — Preço Cr\$ 20,00. — Num total de 945 págs. Segunda fase de tramitação do Projeto de Constituição no Congresso Nacional.

Discussão e votação das emendas. Contém os pronunciamentos ocorridos nas sessões conjuntas realizadas de 5 a 24 de janeiro de 1967 para discussão e votação das emendas ao Projeto e promulgação da nova Constituição.

5.º VOLUME: Edição 1969 — 746 págs. — Preço: Cr\$ 10,00. Comissão Mista.

Contém as reuniões realizadas pela Comissão Mista encarregada de emitir parecer sobre o Projeto de Constituição e as emendas que lhe foram oferecidas.

6.º VOLUME: Edição 1969 — 1.076 págs. (2 tomos) — Preço: Cr\$ 20,00. Emendas oferecidas ao Projeto de Constituição.

Este volume apresenta cada emenda com a respectiva justificação e sua tramitação detalhada: pareceres (dos Sub-Relatores, do Relator-Geral e da Comissão Mista), requerimentos (destaque, preferência, votação conjunta) e votação. É feita a remissão ao 4.º volume da obra, com indicação das páginas.

7.º VOLUME: Edição 1970 — Quadro Comparativo

Constituição de 1967 — Projeto originário do Poder Executivo — Emendas aprovadas, artigo por artigo (no prelo).

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque visado, ordem de pagamento ou vale postal, pagáveis em Brasília, a favor do

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Caixa Postal 1.503 — Brasília — Distrito Federal

JURISPRUDÊNCIA**DO****SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL****"REFERÊNCIAS DA
SÚMULA DO STF"**

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-Leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

NO 10.^º VOLUME O ÍNDICE COMPLETO POR MATERIA. — O 20.^º VOLUME CONTÉM OS ENUNCIADOS DAS NOVAS SÚMULAS N.^ºs 473 A 551. — O 21.^º VOLUME CONTÉM O REGIMENTO INTERNO DO STF (ATUALIZADO)

PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS.

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — CAIXA POSTAL 1.503 — BRASÍLIA — DF

LEGISLAÇÃO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

ATOS INSTITUCIONAIS — ATOS COMPLEMENTARES — DECRETOS-LEIS E LEGISLAÇÃO CITADA OU REVOGADA

1º VOLUME CONTENDO 268 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS DE 1 A 4

ATOS COMPLEMENTARES DE 1 A 37

DECRETOS-LEIS N.º 319 A 347 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1967 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

2º VOLUME CONTENDO 314 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL N.º 5

ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 38 A 40

DECRETOS-LEIS N.ºs 348 A 409 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1968 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

3º VOLUME CONTENDO 304 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 6 E 7

ATOS COMPLEMENTARES N.º 41 A 50

DECRETOS-LEIS N.ºs 410 A 480 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

4º VOLUME CONTENDO 490 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 8 E 9

ATO COMPLEMENTAR N.º 51

DECRETOS-LEIS N.ºs 481 A 563 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

5º VOLUME CONTENDO 336 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL N.º 10

ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 52 A 56

DECRETOS-LEIS N.ºs 564 A 664 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

6º VOLUME CONTENDO 488 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL N.º 11

ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 57 A 62

DECRETOS-LEIS N.ºs 665 A 804 E LEGISLAÇÃO CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

NOTA: Todos os pedidos devem vir acompanhados de cheque visado, ordem de pagamento ou vale postal, pagáveis em Brasília, a favor do

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília - DF.

**Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20